

A CIDADE “GENDERIZADA”: LISBOA E O CONTEXTO DE AFIRMAÇÃO POLÍTICA DA DINASTIA DE AVIS NO SÉCULO XV

MARIANA BONAT TREVISAN*

RESUMO

Ao longo das últimas décadas, as reflexões acerca das questões de gênero apontam para uma percepção mais ampla dos objetos de estudo possíveis, bem como para a complexidade que envolve as interações entre gênero e outros domínios das relações sociais, tal como o da política. Nosso objetivo neste artigo é justamente tratar de como concepções e relações de gênero são trabalhadas a fim de embasar a construção de uma representação política no Portugal do baixo medievo. Portanto, procuramos analisar como a caracterização feminina da cidade de Lisboa pelo cronista Fernão Lopes (servidor da dinastia de Avis na primeira metade do século XV) insere-se no discurso memorialístico de legitimação desta nova casa real que havia se instaurado no reino ao final do século XIV.

Palavras-chave: Lisboa; Identidade de Gênero; Afirmação Política; Crônica Régia; Dinastia de Avis.

ABSTRACT

Over the past decades, the reflections regarding gender issues point to a broader perception of the objects possible for study, as well as the complexity involved in the interactions between gender and other areas of social relationship, such as Politics. Our aim in this article is precisely showing how conceptions and gender relations are developed in order to base the construction of a political representation in the Late Medieval Portugal. Therefore, we analyze how the feminine characterization of the city of Lisbon by the chronicler Fernão Lopes (server of Avis Dynasty in the first half of 15th century) fits into the memorialistic speech of legitimation of this new Royal House, who had risen by the end of 14th century.

Key-words: Lisbon; Gender Identity; Political Affirmation; Royal Chronic; Avis Dynasty.

* Doutoranda e Mestre em História pela UFF, bolsista CAPES/REUNI

1. Introduzindo a questão: o gênero, a história e a História

Nos fins da década de 1960, com a atuação do movimento feminista nos Estados Unidos e em outras partes do mundo, as disciplinas das ciências humanas começaram a se indagar sobre a inserção da questão da mulher (ou a falta dela) em seus estudos. Conforme Suely Costa e Rachel Soihet, a constituição dos estudos sobre mulheres e da história das mulheres se confunde com a que foi chamada de segunda onda feminista (SOIHET; COSTA, 2008: 30). A partir deste momento, a demanda por informações por parte de estudantes aumentou e docentes propuseram a instauração de cursos nas universidades dedicados ao estudo das mulheres (SOIHET; PEDRO, 2007: 285).

Os estudos sobre mulheres são marcados, nas últimas três décadas do século XX, por uma interdisciplinaridade nas ciências humanas (SOIHET; COSTA, 2008: 30). No entanto, Rachel Soihet e Joana Pedro (2007: 284) atentam que a história foi a disciplina que mais tardiamente adotou a categoria “mulher” ou “mulheres” em seu campo de estudo. Sendo que grande parte deste retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria “homem”. Essa visão, herdada do Iluminismo, que se seguiu com a modalidade conhecida genericamente como história positivista, começa a mudar a partir da década de 1920, com a emergência dos *Annales*, que não se atêm a essa racionalidade universal. À medida que propunham ampliar o leque de fontes, contribuíram para incorporar as mulheres na historiografia.

O marxismo, por sua vez, considerava na maioria das vezes as contradições de classe, relegando ao segundo plano as questões étnicas, bem como as que opunham homens e mulheres. Na década de 60 houve um crescimento na historiografia de um movimento crítico do racionalismo abstrato e a partir disso, um desdobramento em várias correntes, tais como o revisionismo marxista, a Escola de Frankfurt, os historiadores das mentalidades, do discurso. Com isso, o conhecimento histórico ganhou relatividade, o que facilitou a integração da experiência social das mulheres na história. (SOIHET; PEDRO, 2007: 284, 285).

Desta forma, a história das mulheres tomou seu impulso a partir da década de 1970, apoiada no feminismo e no crescimento da antropologia e da história das mentalidades, incorporando contribuições da história social e das novas pesquisas sobre memória popular. Contudo, é preciso fazer uma observação, mesmo se apoiando na vaga do feminismo, a história das mulheres e a história do feminismo constituem objetos distintos (PERROT et alli., 2001: 8). Segundo Joana Pedro e Rachel Soihet (2007: 285), a história social, dentro do revisionismo marxista, colocou a preocupação com identidades coletivas e a variedade de grupos sociais, até então excluídos do interesse da história. As mulheres obtêm neste panorama a condição de objeto e sujeito da história. O desenvolvimento dos outros campos, como a história das mentalidades e a cultural, reforçaram também o avanço na abordagem do feminino, apoiando-se em outras disciplinas, como a literatura, a lingüística e principalmente a antropologia, denotando o caráter interdisciplinar.

Porém, um novo problema se colocou ainda nos anos 70: a história das mulheres permanecia, na maioria das vezes, um trabalho das mulheres, tolerado ou marginalizado, mas sem controle em seus rumos disciplinares. À medida que um campo mais sólido se consolidava, uma parte das historiadoras percebia o perigo do isolamento intelectual, posto pela tendência a estudos muito tautológicos. Algumas fragilidades foram apontadas para este caráter secundário das mulheres na disciplina histórica, tais como: a predileção por estudos do corpo, sexualidade, maternidade; a dialética da opressão e dominação; uma inflação de estudos sobre discursos normativos (em detrimento das práticas sociais); um desconhecimento da história do feminismo em articulação com a história política e social; falta de reflexão metodológica e teórica. Mas é preciso reconhecer uma notável irrupção masculina na pesquisa sobre a diferenciação dos papéis sexuais, principalmente, a partir dos trabalhos do antropólogo Maurice Godelier e do historiador Georges Duby, os quais seriam emblemáticos de uma tomada de consciência geral e das mudanças dentro da disciplina histórica.

Adriana Piscitelli (2004: 45) aponta algumas das

ambigüidades que surgem no campo da história das mulheres e que vão conduzir ainda nos anos 70 ao advento da categoria gênero. O pensamento feminista, no final da década de 60, centrava sua análise na subordinação feminina pensada como variável conforme a época histórica e o lugar estudado, mas tida como universal. No entanto, algumas correntes do feminismo contestavam essa visão universalista, pensavam a subordinação como decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente, o que implicava na idéia de que o que é construído pode ser modificado.

É dentro deste quadro de efervescência de estudos e debates que a categoria gênero assume posição. Piscitelli (2004: 49) afirma que foi com o trabalho de Gayle Rubin, *O tráfico das mulheres: nota sobre a economia política do sexo*, de 1975, que o conceito de gênero começou a se difundir. Rachel Soihet e Joana Pedro (2007: 286) postulam que o conceito de “gênero” foi tomado de empréstimo à gramática, referente à noção de desinências diferenciadas para designar indivíduos de sexos diferentes ou coisas sexuadas. Dando ênfase no caráter social e cultural das distinções entre os sexos, o gênero pensado nas ciências sociais afastou o fantasma da naturalização, incorporou a dimensão das relações de poder, o aspecto relacional entre mulheres e homens, buscando articular a tudo isto as diferenças de classe, raça e etnia. Como enfatizado por Suely Costa, o gênero pode ser intuído como um código-chave inventado para superar impasses a que a história das mulheres havia chegado (SOIHET; COSTA, 2008: 43).

No Brasil, um marco para a consolidação dos estudos de gênero foi a tradução e publicação do artigo da renomada historiadora norte-americana Joan W Scott: *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, na revista *Educação e Realidade*, em 1990. As traduções deste e de outros trabalhos desta teórica fundamental dos estudos de gênero continuam a influenciar sobremaneira as pesquisas brasileiras na temática. E para nosso tema específico de interesse, as reflexões de Scott mostram-se essenciais, pois a historiadora foi uma das primeiras pesquisadoras a se preocupar com as conexões entre gênero e política na História.

Consoante Scott, o gênero constitui um saber que estabelece

significados para as diferenças sexuais. Saber esse que nasce dos usos e significados de disputas políticas, que são os meios pelos quais as relações de poder, dominação e subordinação são construídas. Não se refere apenas a idéias, mas também a instituições e estruturas práticas cotidianas e rituais específicos, já que todos constituem relações sociais. O gênero é, assim, um aspecto geral da organização social, que pode ser encontrado em muitos lugares, já que os significados da diferença sexual são invocados e disputados como parte de muitos tipos de lutas pelo poder (SCOTT, 1994: 12, 13, 16, 20). Tal ponto se relaciona intimamente com nosso propósito específico, pois pretendemos analisar como relações de gênero referentes ao universo social português do baixo medievo se inserem na representação discursiva de uma cidade, tendo um objetivo claramente político.

Para Scott, a política constitui um dos domínios onde o gênero pode ser utilizado para a análise histórica (SCOTT, 1990: 14). Podemos acrescentar que o inverso também se dá, pois o gênero pode da mesma forma ser utilizado para o estudo da política, sendo ambos os domínios ligados ao todo social. Estamos em concordância com o posicionamento de Scott em escolher analisar as ligações entre política e gênero fundamentalmente porque a história política foi o bastião da resistência à inclusão de materiais sobre o gênero e mulheres. Dentre os campos de análise dos estudos de gênero, as questões ligadas ao Estado e à alta política continuam sendo as menos trabalhadas pelos pesquisadores, principalmente no que se refere aos estudos medievais. Ora, como atenta a própria Scott, o gênero foi utilizado literal ou analogicamente pela teoria política para justificar ou criticar o reinado de monarcas ou para expressar relações entre governantes e governos. Numa época em que parentesco e realeza eram intrinsecamente ligados, as discussões sobre os reis machos colocavam igualmente em jogo representações da masculinidade e feminilidade (SCOTT, 1990: 15).

Como observaremos adiante, no contexto de afirmação política da dinastia de Avis no Portugal da primeira metade do século XV, Lisboa, a principal cidade do reino e que encabeçou

a instauração da nova casa real, sofre o que podemos denominar de uma “genderização”¹. Ou seja, o gênero é articulado à representação da cidade no discurso cronístico avisinio, a capital portuguesa ganha então uma identidade feminina que se complementarmente a do seu par masculino: o novo rei de Portugal e seu “esposo”, D. João I.

2. O PORTUGAL DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XV E A “GENDERIZAÇÃO” DA CIDADE DE LISBOA

A dinastia de Avis surge após um momento de grave crise que assolou Portugal na penúltima década do século XIV. Em 1383, com a morte do rei D. Fernando (1367-1383) e a inexistência de um varão legítimo, o governo do reino foi deixado em regência à sua mulher, a rainha Leonor Teles (1350-1386), conforme o Tratado de Salvaterra de Magos. Neste mesmo acordo, ficou estipulado que a herança do território ficaria ao primogênito tido pelo casal Beatriz, a única descendente de D. Fernando e D. Leonor, e Juan I, rei de Castela. Tal determinação visava evitar a junção das duas coroas e garantir a soberania portuguesa. Somente em caso de falecimento da regente Leonor e ainda sem a existência de um varão gerado pelo casal régio de Castela é que D. Beatriz governaria Portugal, sendo Juan I rei somente na condição de esposo da sucessora portuguesa.

Porém, o monarca castelhano descumpru o tratado e invade Portugal ainda no ano de 1383, tendo a rainha Leonor Teles de renunciar. O interregno leva à guerra entre os vizinhos ibéricos. Os únicos descendentes da realeza portuguesa que poderiam salvar a soberania do reino eram somente três irmãos do falecido D. Fernando: D. João e D. Dinis, frutos da relação do rei D. Pedro I com a aia Inês de Castro, os quais haviam sido legitimados pelo pai através da Declaração de Cantanhede de

1 Referimos aqui “genderização” como uma adaptação do termo em inglês *gender* o qual foi trazido ao Brasil. Consideramos que o termo “genderização” seria o mais aplicável à situação imputada a Lisboa na narrativa cronística portuguesa, pois abrangeeria a diversidade dos papéis femininos que a cidade adquire.

1360, na qual o monarca afirmara ter casado em segredo com a dama; e D. João, um bastardo tido por Pedro após a morte de Inês e que foi elevado pelo pai à condição de Mestre da Ordem de Avis.

Os dois infantes legitimados por D. Pedro estavam oficialmente excluídos do testamento de D. Fernando, pois teriam se aliado à Castela em guerras entre os dois reinos. Além disso, encontravam-se em território castelhano no momento em questão. Contudo, gozavam ainda do respeito de muitos nobres e elementos de outros grupos sociais em Portugal. O infante D. João, fora o primeiro a ser cogitado para o trono luso com a crise, no entanto, para evitar este problema, o soberano castelhano tratou de prendê-lo em Castela. Com isso, quem obteve destaque para a defesa do reino português foi o bastardo Mestre de Avis, o qual apoiado inicialmente e, fundamentalmente, por setores da nobreza menor e por negociantes e mesteiros da cidade de Lisboa, começa a lutar pela retomada do reino e expulsão dos castelhanos.

Ainda em 1383 é feito regedor e defensor de Portugal na câmara de Lisboa, passando a ser o representante oficial da causa portuguesa e o chefe da luta contra Castela. Após diversos conflitos com os castelhanos e seus aliados, D. João I é eleito rei nas Cortes de Coimbra em 1385 (derrotando a candidatura de seus irmãos, que eram apoiados pela grande nobreza). No mesmo ano, o novo monarca venceu os castelhanos na batalha de Aljubarrota, a qual se tornou legendária para os portugueses.

No entanto, apesar da eleição régia e das vitórias militares o novo rei ainda precisava legitimar-se em outros campos, dentre estes, o do simbólico. Assim, como atentou Margarida Ventura: “Ainda durante a vida de D. João I e, sobretudo, nos reinados de D. Duarte e D. Afonso V, recolhe-se e constrói-se a imagética mitologia do rei-fundador da Dinastia de Avis.” (VENTURA 1992: 1, 2). Neste sentido, a afirmação do poder real e o objetivo de uma forte política centralizadora têm de se impor não só em ato, mas também em representação (COELHO, 2010: 61). É neste âmbito que se insere a iniciativa da produção de crônicas régias, incumbidas por D. Duarte (1433-1438), sucessor de D.

João I, ao notário geral e guardador dos Arquivos da Torre do Tombo, Fernão Lopes (1380-1460), oficialmente a partir de uma carta régia de 1434.

No Ocidente baixo medieval, ao lado do processo de afirmação de poderes régios e principescos que ocorria em diversos reinos, vê-se paralelamente a emergência de um tipo específico de escrita histórica: as crônicas régias. Consoante Le Goff, em toda a Cristandade (ainda antes dos séculos XIV e XV) desenvolveu-se grande atividade literária de crônicas em torno de figuras reais. Reis e dinastias passaram cada vez mais a ser objetos de cronistas (LE GOFF, 2002: 412). No século XV vemos Portugal passar de uma produção histórica marcada pelas crônicas de mosteiros, livros de linhagens e crônica geral ao formato específico da crônica régia. Com esta, parte-se do protagonismo do monarca e de suas ações para afirmar a autoridade do rei e legitimar a sua dinastia, constituindo, portanto, um instrumento de poder. A partir de Avis e com Fernão Lopes este discurso de poder da coroa isola pela primeira vez Portugal do restante da Península Ibérica, definindo uma identidade portuguesa centrada na figura do monarca (SOUSA, 2007: 1, 2).

Deste modo, o cargo de cronista atribuído a Fernão Lopes, funcionário da corte que conseguiu ascender neste ambiente através de seu saber e ofício administrativo, exigia-lhe grande responsabilidade, pois era necessário provar a dignidade real da dinastia que fora fundada por um bastardo régio. Da reconhecida produção lopeana temos a Crônica de D. Pedro I (referente ao reinado do pai do Mestre de Avis), a Crônica de D. Fernando (tratando do governo do irmão legítimo de D. João e último monarca da dinastia de Borgonha) e a Crônica de D. João I, esta dividida em duas partes. Portanto, uma coerente trilogia que começa com o reinado do pai do Mestre de Avis, passa pelo do irmão legítimo (que resultou na crise dinástica), até culminar com o do fundador da nova casa real portuguesa.

Ao longo da trilogia lopeana, a principal cidade do reino recebe destaque por sua posição e atuação, tal como no capítulo

2 Utilizaremos para as referências ao longo do artigo as abreviações CDF, CDJ I e CDJ II para a *Crônica de D. Fernando*, a primeira parte da *Crônica de D. João I* e a segunda parte da *Crônica de D. João I*, respectivamente.

LX da Crónica de D. Fernando, quando representantes dos cidadãos vão ao monarca Fernando comunicar-lhe o desagrado público quanto à escolha do rei em casar com a fidalga Leonor Teles, rejeitando honrosos casamentos com filhas de reis que haviam sido propostos (LOPES, CDF, 1979: 161). Mas é a partir da primeira parte da Crónica de D. João I que podemos encontrar elementos referentes à “genderização” de Lisboa.

Fernão Lopes, não possuía uma origem nobre, suas relações familiares revelam uma ligação com o grupo dos mesteirais. Deste modo, o cronista que havia ascendido a um lugar privilegiado na corte, unicamente por seu saber e ofício, atribui um papel decisivo à coletividade, às cidades ou povos do reino que encabeçaram as lutas junto ao Mestre de Avis e os seus, contra os grandes nobres que haviam cedido ao monarca de Castela. Certamente, sua experiência social particular, a origem não-nobre e a ascensão ao título de vassalo do rei por volta de 1433/34, bem como o convívio próximo com os membros da realeza devido à natureza de seus cargos, resultaram em uma composição narrativa extremamente rica acerca da sociedade portuguesa, mas que em nenhum momento pode ser desconectada do propósito político de criação de uma memória oficial a respeito da ascensão avisina ao trono. Em diferentes capítulos, a coletividade lisboeta será caracterizada como se fosse uma pessoa (SARAIVA, 1988: 194, 195), encarnada em uma identidade feminina. Assim, Lisboa será uma mulher, ou melhor, a mulher do Mestre de Avis. Portanto, cidade e monarca estão intimamente ligados no discurso encomendado pela realeza, em um jogo de complementaridades recíprocas, tal qual cabia a esposos e esposas no período. Eis então as imbricações entre gênero e política.

Como atentou Jane Flex, o gênero pode ser entendido somente através de um exame detalhado dos significados de “masculino” e “feminino” e das conseqüências de ser atribuído um ou outro gênero dentro de práticas sociais concretas. Obviamente, tais significados e práticas variarão de acordo com a cultura, idade, classe, raça e época. Como em qualquer forma de análise social, o estudo das relações de gênero refletirá necessariamente as práticas sociais que tenta entender (FLAX,

2003: 230, 234). Desta maneira, fica claro como o estudo da personalização e feminização de Lisboa no discurso cronístico do século XV relaciona-se diretamente com as concepções da sociedade medieval portuguesa referentes aos papéis de gênero destinados a homens e mulheres enquanto maridos e esposas.

O cronista nomeia a cidade em conflito após a morte de D. Fernando como viúva de rei que passa a ter o Mestre por seu defensor e esposo. Ela é personificada na narrativa, sendo questionada sobre como era seu marido e quais foram os mártires que o acompanharam em seu dolorido cerco. Assim, Lisboa diz: “<Se me perguntaes de que parentes descemde? – delRei dom Affomssso o quarto he neto. A altura do seu corpo? – de boa e rrazoada gramdeza, [...] com graçiosa e homrrada presemça. He de gram coração e engenho, [...]” (LOPES, CDJ I: 343). A esposa descreve seu marido como virtuoso cavaleiro que a protege. Em outro capítulo ela relata como teria sido sua cerimônia de casamento, realizada na ocasião das Cortes de Coimbra em 1385: “<[...] juntaromsse todas na cidade de Coimbra, e alli me rreçerberom com elle de praça, damdomo por Rei e Senhor como depois ouvirees. O quall sempre emtemdo servir e amar, e seer muito obediente, nã soomente a ella, mas a todollos que del deçemderem [...]” (LOPES, CDJ I: 349). Deste modo, observamos como os papéis complementares de marido e mulher se cumprem na metáfora do casamento entre Lisboa e o Mestre de Avis: enquanto D. João desempenha corretamente sua função de protetor da esposa, a cidade cumpre seu dever de obedecer, servir e amar o marido.

Além destas funções primordiais cabíveis à boa esposa, outro dever fundamental desempenhado pela feminina Lisboa é a virtude da lealdade e fidelidade ao marido. Na ocasião em que ocorreria a batalha de Aljubarrota, opondo diretamente o monarca castelhano ao português, a cidade é comparada à rainha de Castela, D. Beatriz. Esta, ao saber que a batalha estava próxima, ordenou a certas donas e donzelas que tivessem o cuidado de rezar continuamente por seu marido para que pudesse recobrar o reino de seu pai. Já o Mestre de Avis não era casado à época, não tinha nem parenta ou irmã para rezar por

ele, a não ser sua leal e fiel cidade de Lisboa, que por sua saúde e estado, como qualquer boa esposa, era sempre muito solícita e cuidadosa. Mas além de esposa, ela também é comparada aqui a uma mãe: “E asy como a madre na door do filho e a ama que o cria semte mor pena que outro nenhuu, asy ela, que era madre e criador destes feitos, sentia mais o carguo de taõ grande negoçio que outro lugar que no Reinno ouvese [...]”(LOPES, CDJ II: 100). Só a dor de uma mãe poderia ser comparada à dor que a cidade de Lisboa sentia pelo perigo do Mestre.

Assim como D. Beatriz juntara suas donas e donzelas para rezar pelo rei de Castela, a cidade de Lisboa reuniu todos em sua câmara, mandando chamar honestas pessoas religiosas, mestres e doutores em Teologia para falarem sobre como Deus haveria de ajudar D. João. Além disso, o povo saía em procissão pelas ruas da cidade para rogar pela vitória portuguesa e os frades pregadores ordenavam que homens e mulheres não lançassem mão de feitiços, encantamentos ou sortes para vencer a batalha. Também lhes diziam que não carpissem nem bradassem sobre algum finado, mesmo que fosse alguma mãe, pai, filho, irmão, marido ou mulher, somente deveriam chorar honestamente a perda, caso contrário, deveriam pagar alguma pena em dinheiro ou ficar recluso em casa por 08 dias (LOPES, CDJ II: 101). Ao final, as honestas preces da esposa Lisboa são atendidas, D. Beatriz com suas donas e donzelas param as orações, a rainha cai ao chão tal como morta e todas fazem grande pranto (LOPES, CDJ II: 111). Portanto, notamos que até a reação das esposas no caso da perda da batalha seriam opostas: enquanto Lisboa reconheceria a derrota com dignidade, D. Beatriz e os seus caem desesperadamente aos prantos.

A “genderização” de Lisboa vem denotar o protagonismo e a complementaridade da atuação da cidade ao lado do Mestre de Avis, que tal como uma esposa serve fielmente o marido, o qual em contrapartida corresponde com sua defesa. D. João enquanto pólo masculino e Lisboa enquanto pólo feminino não se opõem aqui, mas se complementam perfeitamente, cada um com suas funções e papéis de gênero. Mas além de todos estes aspectos referentes às relações conjugais na Idade Média, a

alegoria lopeana da feminização da cidade de Lisboa tem como fundamento uma referência crucial do medievo, mesmo que não citada diretamente pelo cronista: a concepção do casamento do rei com o reino, a qual por sua vez foi fundamentada a partir da metáfora do casamento da Igreja com Cristo.

Kantorowicz (1998: 136, 137), demonstrou como a representação clerical do matrimônio de Cristo com a Igreja, e a dos bispos com a Igreja, é secularizada, denotando o casamento do rei com o reino no momento de sua coroação. A alegoria do matrimônio rei-reino tornara-se mais popular justamente na Baixa Idade Média, sob o impacto das analogias jurídicas e doutrinas corporativas. Assim, a imagem do casamento do príncipe com seu *corpus mysticum* (com o corpo místico de seu Estado) passou a ser bastante significativa.

É neste âmbito que se relaciona a idéia do marido como defensor da esposa, assim como o imperador era o defensor da *respublica*, tendo assim uma comparação da eleição de um príncipe com o contrato ou o consentimento mútuo dos noivos (KANTOROWICZ, 1998: 136, 137). Portanto, nada melhor para representar a eleição do bastardo Mestre de Avis para o trono português. Assim como há um casamento espiritual e divino entre um prelado e sua igreja, há um casamento temporal e terrestre, moral e político, contraído entre um príncipe e seu reino, tal como o casamento do Mestre de Avis com a cidade de Lisboa. A referência de Lisboa como mãe e cabeça dos feitos que resultaram na ascensão do Mestre, também encontra lugar em outra alegoria clerical: a da Igreja como mãe de Cristo, pois é ela quem concebe os cristãos que formam o *corpus Christi* (BASCHET, 2006: 473). Portanto, assim como a Igreja é ao mesmo tempo mãe e esposa de Cristo, Lisboa na narrativa lopeana é a mãe e esposa de D. João. Tais metáforas, como explica Baschet (2006: 476), só são possíveis porque se estabelecem num esquema de parentesco diferenciado da ordem social prática, em uma esfera separada: a do parentesco divino, que funciona sob regras totalmente distintas das que regem o mundo dos homens.

A “genderização” da cidade de Lisboa no discurso memorialístico da dinastia de Avis cumpre, portanto, um

papel essencial, engrandecendo a figura do monarca avisino perante seu reino através do destaque de um referencial específico: a principal cidade portuguesa. Em consonância com a secularização da alegoria do casamento entre Cristo e a Igreja, a metáfora do matrimônio entre D. João I e Lisboa é construída eficazmente pelo cronista Fernão Lopes, denotando elementos fundamentais do baixo medievo: a afirmação dos poderes monárquicos, a importância do papel das cidades junto a estes, a complementaridade dos papéis femininos e masculinos na ordem conjugal. Deste modo, gênero e política se mesclam complexamente, apropriando-se de referências tradicionais e originando novas e ricas concepções.

FONTES:

LOPES, Fernão. *Crónica de D. Fernando*. 4ª Edição integral. Introdução de Salvador Dias Arnaut. Porto: Livraria Civilização, 1979.

_____. *Crónica de D. João I*. Segundo o Códice n. 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Humberto Baquero Moreno. Prefácio de António Sérgio. Porto: Livraria Civilização, 1991.v.1.

_____. *Crónica de D. João I*. Edição Preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Segundo o códice inédito CIII/1-10 da Biblioteca Pública de Évora confrontado com o texto impresso em 1644 e versões quinhentistas da mesma crônica existentes nas bibliotecas da Universidade de Coimbra e Municipal do Porto. Porto: Livraria Civilização, 1949. v. 2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

COELHO, Maria Helena da Cruz. Memória e propaganda legitimadora do fundador da monarquia de Avis. In: Carlos Roberto NOGUEIRA. *O Portugal Medieval: Monarquia e Sociedade*. São Paulo: Alameda, 2010.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In:

HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.) *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei: Um estudo de teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Rei. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (ed.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. 2 v. Bauru/SP: EDUSC, 2002. v.2.

PSCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Cláudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (Orgs.) *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004. pp. 43-66.

SARAIVA, António José. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica In: *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, n. 16 (2), pp. 5-22, jul/dez,1990.

_____. Prefácio à Gender and Politics of History. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, v.3 , pp. 11-27, 1994.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54. São Paulo, ANPUH, pp. 281-300, jul-dez. 2007.

SOIHET, Rachel; COSTA, Suely Gomes. Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero. In: RONCARATI, Cláudia; SOARES, Vera Lúcia. (Orgs.). *Gragoatá*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras/UFF, n. 25, 2º sem/2008. Niterói: EdUFF, pp. 29-49, 2009.

SOUSA, Bernardo V. e. Medieval Portuguese Royal Chronicles. Topics in a Discourse of Identity and Power. In: *e-Journal of Portuguese History*, v. 5, n.2, Winter 2007.

VENTURA, Margarida Garcez. *O Messias de Lisboa*. Um estudo de mitologia política (1383-1415). Lisboa: Cosmos, 1992.